

Retórica e contingência na teoria política

PALONEN, Kari. **Quentin Skinner**: History, Politics, Rhetoric. Cambridge: Polity Press, 2003. 207p.

Ricardo Silva*

Resenha

“Uma revolução na história do pensamento político.” É com esta afirmação que Kari Palonen, professor de Ciência Política na Universidade de Jyväskylä (Finlândia), inicia seu livro sobre a obra de Quentin Skinner, *regius professor* de História Moderna na Universidade de Cambridge (Inglaterra) e um dos mais célebres intelectuais atualmente em atividade no campo da história do pensamento político. Talvez a afirmação possa parecer algo hiperbólica, a depender do significado que se dê ao termo “revolução”. Inquestionável, porém, é a influência que Skinner e seus colegas da chamada “Escola de Cambridge”, tais como John Pocock, John Dunn, James Tully, Richard Tuck, entre outros, vêm exercendo sobre a teoria e a prática da história do pensamento político ao longo das últimas três ou quatro décadas, especialmente, mas não exclusivamente, no contexto acadêmico anglófono. Não obstante a enorme influência de Skinner na prática contemporânea da história do pensamento político, o livro de Palonen, publicado na série *Key Contemporary Thinkers* da *Polity Press*, é o primeiro integralmente dedicado à reconstituição e análise do itinerário intelectual do autor, o que já seria o bastante para justificar o esforço de Palonen.

A obra de Quentin Skinner vem sendo escrita em duas dimensões interdependentes: 1) estudos históricos sobre as idéias de autores clássicos do pensamento político moderno, tais como Maquiavel e Hobbes, bem como sobre a formação e transformação de conceitos-chave da teoria política moderna, como os conceitos de

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: rsilva@cfn.ufsc.br

Estado e liberdade¹; 2) e estudos – lamentavelmente ainda inéditos em português – no campo da teoria e da metodologia da história intelectual. O livro de Palonen ambiciona realizar uma apresentação da obra de Skinner capaz de revelar a integração entre essas duas dimensões, o que corresponde ao anseio do próprio Skinner de fazer ver a seus leitores que a relação entre seus textos metodológicos e suas obras mais substantivas é o mesmo tipo de relação que há “entre a teoria e a prática” (SKINNER, 2002, p. viii). Para isso, Palonen escrutina, cuidadosamente, mais de quatro décadas da produção intelectual de Skinner, apresentando aos leitores um amplo conjunto de referências bibliográficas, entre as edições originais e reedições dos textos do autor, que se revela de grande utilidade a quem queira se guiar pelos meandros – e entender as inflexões – da trajetória intelectual do historiador de Cambridge.

Mas a intenção de Palonen é mais ambiciosa do que a reconstituição de um itinerário intelectual. O que ele de fato faz, recorrendo ao mote sartreano da “liberdade do leitor” (p. 7), é uma interpretação das teses de Skinner marcada fortemente por sua própria perspectiva intelectual e por seus interesses de pesquisa mais recentes. Conhecedor e herdeiro do chamado “pensamento continental”, com estudos publicados sobre pensadores tais como Sartre, Koselleck e, principalmente, Weber, Kari Palonen procura relativizar a imagem (e auto-imagem) de Skinner como alguém profundamente vinculado à tradição analítica britânica. Não é casual sua opção de dar ênfase às afinidades entre as idéias de Skinner e as idéias de Nietzsche, Weber e Koselleck. Do mesmo modo que estes mestres de diferentes gerações do pensamento alemão, Skinner, de acordo com Palonen, expressa uma concepção das Ciências Humanas – da Ciência Política, em particular – caracterizada pela aceitação da radical temporalidade e contingência das ações e dos processos políticos, o que se reflete num estilo de teorização política historicizante e “perspectivista”.

Skinner, a exemplo de outros, como Koselleck, favoreceria, de acordo com Palonen, uma modalidade de teorização política levada a efeito pela história dos conceitos, a qual se apresenta como

1 Os mais significativos desses estudos já estão disponíveis em edições brasileiras: SKINNER, 1988a, 1995, 1999 a, 1999 b.

crítica e alternativa aos estilos dominantes de teorização política, caracterizados pelo behaviorismo e funcionalismo da “*political science*”, de um lado, e pelo normativismo contratualista de pensadores liberais e deliberativistas, tais como Rawls e Habermas, de outro. Diferentemente dos estilos dominantes, a teoria política skinneriana reconhece a necessidade de considerar a centralidade do tempo na constituição dos conceitos mediante os quais nos referimos ao mundo da política. Ao revelar as descontinuidades entre o passado e o presente, a história escrita por Skinner nos revelaria também a contingência do presente. Palonen destaca a superioridade do potencial crítico e analítico da história dos conceitos, sobretudo quando cotejada com teorias que fazem abstração do tempo e da história, e que ignoram a natureza contingente do mundo da ação. A história dos conceitos subverteria a teoria política normativa, sempre às voltas com a construção de “pontos arquimedianos”, de noções “neutras” e insensíveis ao fluxo do tempo e aos efeitos da contingência, tais como as noções de “posição original” e “situação ideal de fala”.

O ponto de partida de Palonen é a atenção que Skinner vem dando, especialmente em seus estudos mais recentes, ao problema da retórica no pensamento político moderno. Palonen avalia que a intenção de Skinner, subjacente ao esforço de recuperação da tradição humanista da *ars rhetorica*, não consiste numa simples eleição de um objeto de estudos, entre inúmeros outros possíveis. O que Skinner julga relevante estudar do passado é apontado como algo intimamente relacionado ao próprio modo como o autor concebe a natureza da teoria política nos dias de hoje. Para além da “virada lingüística” e da “virada interpretativa”, Skinner protagonizaria o que Palonen define como uma “virada retórica” nas Ciências Humanas. Embora a ênfase na reconstituição da tradição retórica seja mais evidente nos estudos mais recentes de Skinner, Palonen procura rastrear a virada retórica skinneriana desde os primeiros estudos do autor no começo da década de 1960. Examinando os ensaios metodológicos da primeira fase da obra de Skinner, o teórico finlandês descobre, na teoria dos atos de fala (*speech-acts theory*), a qual Skinner toma emprestado de filósofos da linguagem ordinária influenciados por Wittgenstein, o embrião da virada retórica radicalizada nos textos publicados ao longo da década de 1990.

Já em seus primeiros ensaios metodológicos, Skinner insurgia-se contra uma modalidade de história das idéias voltada para o estudo da dimensão “intemporal” das idéias dos autores clássicos. Sob a poderosa influência do filósofo inglês Robin Collingwood, Skinner argumentava que não há problemas perenes na história do pensamento; tudo o que há são respostas particulares e datadas para problemas particulares. Inútil, portanto, exigir dos grandes mestres do passado as respostas para os problemas de nossa época e de nossas sociedades atuais, partindo-se do equivocado pressuposto de que os autores clássicos escreveram seus textos com a intenção de educar gerações futuras. Skinner compreende cada enunciado do passado, independentemente da posição de seus autores nos cânones atuais, como um “lance” (*move*) em debates intelectuais nos quais o autor procura intervir de modo a criticar ou legitimar instituições ou cursos de ação. A escritura de um texto político representa algo mais do que a simples constatação ou descrição de estados do mundo. A escritura de um texto político é, em si mesma, uma forma de ação. Ao escrever um texto, o autor não somente estaria *dizendo* algo, mas principalmente *fazendo* algo. “O que o autor estava fazendo ao dizer o que disse?": eis a questão norteadora da metodologia interpretativa de Skinner.

Conforme esclarece Palonen, essa concepção do texto como registro da ação intencional de seu autor permite a Skinner estabelecer um foco analítico mais centrado nos agentes (autores, no caso) e no próprio agir do que nas causas ou nos resultados da ação, afastando o determinismo e o funcionalismo dominantes nas Ciências Sociais nas décadas de 1960 e 1970. Nisto residiria uma das mais notáveis distinções do método de Skinner: o estabelecimento da prioridade da “experiência vivida” sobre as abstrações intelectuais, consequência do reconhecimento do primado da ação no universo da política. Para Skinner, mesmo os mais geniais pensadores políticos, autores dos tratados mais abstratos e sistemáticos, encontravam-se irremediavelmente envolvidos nas disputas políticas e intelectuais de sua própria época. Assim, somente quando os consideramos dentro de seus respectivos contextos de convenções lingüísticas e normativas podemos almejar a compreensão histórica de seus textos. O pensador político deve ser compreendido como

um tipo específico de político, um político que age em contextos de disputas retóricas em torno de conceitos mediante os quais não somente se compreendem, mas sobretudo justificam-se ou contestam-se instituições e comportamentos políticos.

Como qualquer interpretação do pensamento de um autor prolífico e complexo, a interpretação de Palonen sobre as contribuições de Skinner permanece aberta a objeções e críticas. Como toda interpretação, acentua determinados aspectos de uma obra enquanto passa ao largo de outros – o que, aliás, também se aplica à presente resenha do livro de Palonen. Se não é o caso de reclamarmos da decisão de Palonen de compreender os textos de Skinner na perspectiva da tradição intelectual alemã, talvez seja o caso de lamentarmos que tal decisão tenha se dado em detrimento da atenção ao lugar de Skinner na tradição intelectual anglófona, a qual o próprio autor sempre reivindicou como sua. A justificativa apresentada ao final do volume para o deliberado esquecimento não nos parece de todo convincente. Palonen afirma que “[...] the studies frequently included in ‘the Cambridge school of intellectual history’ fall short of the Skinnerian revolution” (p. 176). A inserção do pensamento de Skinner nas tradições filosóficas e historiográficas inglesas não se limita à “escola de Cambridge”, cujos membros, diga-se de passagem, Skinner sempre reconheceu como seus mestres e colaboradores. O acento analítico-pragmático da linguagem skinneriana, inspirada nos teóricos da *speech-acts theory*, bem como suas constantes homenagens a Collingwood, sua maior referência no campo da Filosofia da História, são evidências incontornáveis da profunda inserção do pensamento de Skinner nas tradições anglófonas. Essa opção de compreender o pensamento de Skinner abstraindo-o da tradição na qual ele *historicamente* se insere talvez ajude a explicar a pouca atenção dispensada por Palonen ao intenso debate metodológico que se seguiu às proposições formuladas por Skinner e pela Escola de Cambridge. É o caso de perguntarmos se é mesmo possível compreendermos um pensador como Skinner, que vem construindo sua obra numa incessante interlocução com seus críticos, sem a cuidadosa reconstituição dos debates que contextualizam os diferentes momentos de sua obra. No caso em questão, um debate que se origina e se desenrola entre estudiosos de língua inglesa.

Já a aproximação promovida por Palonen entre a historiografia de Skinner e *história dos conceitos* ao modo da historiografia alemã recente continua a requerer, a nosso ver, uma mais eficaz neutralização de uma conhecida afirmação de Skinner, segundo a qual “[...] não é possível uma história dos conceitos enquanto tal; pode haver apenas histórias dos usos dos conceitos em argumentos” (SKINNER, 1988b, p. 283). Mesmo que se leve em conta que a afirmação não foi dirigida a Koselleck e à sua *Begriffsgeschichte*, como alerta, aliás, o próprio Skinner, resta a dúvida sobre a possibilidade de compatibilização entre uma metodologia que apresenta a ação lingüística como o objeto central da análise do historiador das idéias e uma outra que afirma que os objetos centrais de investigação devem ser os próprios conceitos sociais e políticos. Uma ampla gama de distinções com respeito à eleição dos procedimentos e das fontes da investigação histórica poderia seguir-se a essa distinção fundamental.

Essas e outras possíveis críticas à interpretação de Palonen sobre a contribuição de Skinner para a história do pensamento político e para a teoria política contemporânea não empalidecem os resultados de seu bem-sucedido esforço. Um sucesso resultante das virtudes tanto do autor interpretado quanto do próprio intérprete.

Referências Bibliográficas

SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. São Paulo: Brasiliense, 1988a.

SKINNER, Quentin. A reply to my critics. In: TULLY, J. (ed.) **Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics**. Cambridge: Polity Press, 1988 b.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na Filosofia de Hobbes**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999a.

SKINNER, Quentin. **A liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999b.

SKINNER, Quentin. **Visions of Politics: Regarding Method**, vol 1, Cambridge: Cambridge University Press, 2002.